



REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA

LEGISLAÇÃO PENAL REVOLUCIONÁRIA

- Lei de Disciplina do Combatente
- Base III (Recompensas, condecorações e punições) - 10-7-66
- Ordem de Serviço de 12-9-1970

- Decreto n.º 3/75, de 29 de Novembro

- Lei n.º 7/76, de 1 de Maio

LEI DE DISCIPLINA DO COMBATENTE
BASE III (RECOMPENSAS, CONDECORAÇÕES
E PUNIÇÕES)
10 DE JULHO DE 1966

LUCIO LARA

BASE III

RECOMPENSAS CONDECORAÇÕES E PUNIÇÕES

1 — As recompensas e punições tem por fim não só reforçar os meios que a disciplina e a educação dão aos responsáveis para agir sobre os seus subordinados, mas também para fazer prevalecer uma justiça equitativa.

As recompensas estimulam o zelo, a dedicação, a pontualidade e o respeito.

As punições corrigem a conduta, combatem e reprimem as faltas ao dever e à lei.

CAPÍTULO I — RECOMPENSAS

— 2 As recompensas são da seguinte natureza:

a) citações na ordem de serviço por actos de coragem e abnegação.

b) felicitações verbais, testemunhando a satisfação pelo comportamento ou espírito de disciplina.

c) licenças de toda a espécie: disciplinares, visitas à família, afazeres pessoais e outras a determinar em ordem de serviço.

3 — As diferentes licenças são dadas da seguinte forma:

NATUREZA	BENEF.	RESP. QUE PUNE
Licenças de 24 a 36 horas	Todos	Comando do destac.
Dispensas de trabalho durante um dia	Todos	Com. de destac. e em sua ausência o responsável mais graduado
Licença de pernoitar fora do quartelamento	Todos	Comando do destac.
Dispensa de assistir a refeições	Todos	Comando ou um responsável delegado.
Licença de mais de 36 horas	Todos	Comando de Região ouvido o Conselho Disciplinar respectivo.
Licença de mais de 15 dias	Todos	Comissão Militar ouvido o Conselho Disciplinar respectivo.

CAPÍTULO II — CONDECORAÇÕES

4 — Todo o combatente pode ser condecorado pela Direcção por actos de bravura, espírito revolucionário exemplar, tempo de permanência nas fileiras, etc., segundo o determinado legalmente. Na atribuição de condecorações devem ser ouvidos os Conselhos Disciplinares respectivos.

CAPÍTULO III — PUNIÇÕES

SECÇÃO A — FALTAS

5 — As faltas classificam-se da seguinte maneira:

- a) falta de respeito às leis, aos responsáveis e à população.
- b) manifestação pública, sob qualquer forma, de opiniões que prejudiquem a disciplina ou que são

contrárias aos princípios estatutários e programáticos do MPLA.

c) a mentira ou a dissimulação de faltas.

d) a divulgação de informações secretas ou confidenciais.

e) infracções aos regulamentos militares ou ao determinado nas ordens de serviço.

f) inércia, preguiça má vontade, negligência no serviço.

g) faltar a dignidade da luta e dos destacamentos: embriaguês, rixas, zaragatas, brincadeiras de mau gosto, intriga, desvio de dinheiro e material etc.

h) não observação das regras de polícia da organização ou países que nos alberguem.

i) o atribuir-se responsabilidades não determinadas superiormente.

SECÇÃO B

DIREITO DE PUNIR E EXERCÍCIO DESSE DIREITO

6 — Todo o combatente, responsável ou não, tem o dever de contribuir para a manutenção da disciplina, indicando as suas próprias faltas ou as faltas dos outros.

Os responsáveis devem punir com prontidão os seus subordinados.

7 — Toda a punição infligida ou pedida necessita de abertura dum auto de corpo delicto.

8 — O infractor deve ser ouvido antes de ser aplicada a pena.

SECÇÃO C — DETERMINAÇÃO DAS PENAS

9 — Os responsáveis devem agir de forma a prevenir as faltas. Logo que são obrigados a punir, devem inspirar-se nas seguintes considerações:

a) justiça e imparcialidade. As punições não são actos de autoridade pessoal. Os responsáveis não são senão agentes de execução dos regulamentos. A punição é proporcional à gravidade da falta e às circunstâncias em que é cometida. O responsável deve ter em conta os antecedentes do combatente a punir do seu comportamento habitual, do seu carácter e do tempo de permanência nas fileiras. A primeira punição deve ser maduramente estudada dada a importância que ela reveste aos olhos do combatente.

b) certas circunstâncias são de natureza a agravar a falta, como por exemplo: se há reincidência, se é praticada publicamente se é colectiva.

c) em nenhum caso faltas individuais podem determinar penas colectivas.

d) todas as punições podem ser suspensas ou retiradas pelos órgãos superiores aos que as determinaram.

SECÇÃO D — NATUREZA DAS PUNIÇÕES

10 — São os seguintes, os diversos tipos de punições:

a) Advertência oral.

b) Repreensão simples e oral.

c) Repreensão em parada. É escrita, registada nas fichas individuais e implica detenção no aquartelamento.

d) Prisão simples. É registada e pode implicar despromoção. Implica detenção posterior no aquartelamento.

e) Prisão rigorosa. É registada, implicando detenção posterior e despromoção.

f) Suspensão do direito de combater. Registada.

g) Expulsão. Registada. Da responsabilidade da Direcção depois de ouvido o Conselho Disciplinar.

h) Pena de morte por fusilamento. A determinar em lei especial.

NATUREZA	A QUEM É DIRIGIDA	RESPONSÁVEL QUE PUNE
Advertência	Todos	Todos
Repreensão simples	Todos	Todos
Repreensão registada	Todos	A partir do Com. de Zona
Prisão simples	Todos excepto os Coman.	A partir do Com. de Zona ouvido o Conselho Disciplinar respectivo.
Prisão rigorosa	Todos e os desertores ou inimigos desarmados	A partir do Com. de Zona ouvido o Conselho Disciplinar respectivo.
Suspensão	Todos	Comissão Militar ouvido o Conselho Disciplinar respectivo.
Expulsão	Todos	Comité Director ouvido o Conselho Disciplinar respectivo.
Pena de Morte	Todos e inimigos	Comité Director (regulamentação especial)

CAPÍTULO IV — DOS CONSELHOS DISCIPLINARES

11—Os Conselhos Disciplinares são órgãos de consulta na determinação das penas e recompensas.

12—Os Conselhos Zonais e Regionais devem ser assim constituídos:

a) se o delinquente é combatente — pelo Comandante, Comissário Político e um combatente.

b) se o delinquente é pessoa do povo — pelo Comandante, Comissário Político e uma pessoa do povo.

c) em qualquer dos casos é sempre permitida a constituição de defesa.

Matsendé, 10 de Julho de 1966

A Comissão Militar,

(Aprovado em reunião da Direcção)

Movimento Popular de Libertação de Angola
M. P. L. A.

ORDEM DE SERVIÇO

Considerando o disposto na alínea h) do n.º 10 da Secção D, da Base III da LEI DE DISCIPLINA DO COMBATENTE, e verificando-se a necessidade de condicionar a aplicação da pena de morte a uma prévia apreciação superior,

DETERMINO :

Futuramente, nenhuma pena de morte por fusilamento poderá ser executada sem que previamente seja confirmada pelo Presidente do MPLA.

CUMPRA-SE.

Dr. Agostinho Neto
Presidente do MPLA

12/9/70

REPÚBLICA DA ANGOLA
Presidência da República
Decreto N.º 3775
de 29 de Novembro

DECRETO N.º 3775

de 29 de Novembro

Diploma que cria a Direcção de Informação
e Segurança de Angola

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Decreto-Lei n.º 3/75

de 29 de Novembro

Instituída a República Popular de Angola, fruto da resistência secular do Povo Angolano e muito especialmente pela sua luta heróica de armas na mão, sob a direcção do MPLA, importa para consolidar e alargar as conquistas já alcançadas que a Revolução crie e ponha em prática os meios necessários para sua própria defesa. É um direito e um dever sagrado da Revolução defender-se firme e decididamente dos seus inimigos tanto internos como externos.

Conhecida como é a contumácia e a perfídia do inimigo, conhecidos como são múltiplos os processos de que o mesmo se socorre, impõe-se a criação de um organismo nacional de informação e segurança, dotado de amplos poderes e meios de acção, que, colaborando estreitamente com as estruturas do Estado e do MPLA e sempre norteado pela intransigente defesa dos interesses do Povo Angolano, em especial das suas camadas mais exploradas, vele eficazmente pela continuidade do processo revolucionário em curso, visando a criação duma sociedade justa e de um homem novo.

Nestes termos.

No uso da faculdade conferida pela alínea e) do artigo 32.º da mesma Lei, o Conselho da Revolução

decreta e eu promulgo ao abrigo da alínea a) do artigo 38.º da Lei Constitucional o seguinte:

Artigo 1.º — É criada a Direcção de Informação e Segurança de Angola, directamente dependente do Presidente da República.

A D. I. S. A. é superiormente orientada pela Comissão Nacional de Segurança, do MPLA, que funciona junto do Presidente da República.

Art. 2.º — A D. I. S. A. tem como supremas finalidades defender e consolidar a independência e unidade nacionais, assegurar as conquistas revolucionárias do Povo e promover a reeducação dos elementos cujas actividades possam comprometer esses objectivos.

Art. 3.º — A D. I. S. A. tem como atribuições fundamentais.

- a) Combater todos os actos e actividades que atentem contra a Lei Constitucional, contra os órgãos do Estado e do MPLA e seus titulares, contra a integridade do País e a unidade do Povo Angolano;
- b) Prevenir e neutralizar todos os actos de sabotagem contra a economia do País;
- c) Exercer a vigilância e controle das fronteiras do País e sobre a entrada e permanência de estrangeiros;
- d) Apoiar os serviços ou organismos competentes na prevenção e repressão de todas as formas de banditismo organizado, da prostituição, proxenetismo, tráfico e consumo de

estupeficientes, corrupção e demais formas de comportamento anti-social;

- e) Colaborar estreitamente com as estruturas do MPLA e das FAPLA e com as organizações policiais nacionais ou estrangeiras, em ordem a prevenir e reprimir a criminalidade.

Art. 4.º — Na realização das atribuições referidas nas alíneas *a)* e *b)* do artigo anterior, compete à D. I. S. A. a instrução dos respectivos processos.

Art. 5.º — No exercício das suas funções, a direcção da D. I. S. A. tem poderes para ordenar a detenção de pessoas, bem como a realização de outras diligências que se mostrem necessárias à instrução dos processos. Finda a instrução dos processos, a direcção da D. I. S. A. remeterá os detidos aos tribunais competentes ou, se for caso disso, às outras entidades policiais.

Art. 6.º — Os organismos do Estado e do MPLA deverão prestar à D. I. S. A. toda a colaboração necessária para a realização dos seus fins.

Art. 7.º — No caso de sabotagem económica, a D. I. S. A. poderá propor às entidades competentes o destino mais conveniente a dar aos bens objecto da sabotagem.

Art. 8.º — A D. I. S. A. terá orçamento privativo, cuja dotação será inscrita no orçamento geral do Estado.

Art. 9.º — Compete ao Presidente da República aprovar o estatuto orgânico da D. I. S. A. sob proposta da Comissão Nacional de Segurança.

Art. 10.º — O preenchimento dos quadros do pessoal da D. I. S. A. não carece de visto ou anotação do Tribunal Administrativo, nem de publicação no *Diário da República*.

Art. 11.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho da Revolução.

Promulgado em 29 de Novembro de 1975.

Publique-se.

Presidência da República Popular de Angola, em Luanda, 29 de Novembro de 1975. — O Presidente da República,

António Agostinho Neto.

LEI N.º 7/76

de 1 de Maio

Instituição do Tribunal Popular Revolucionário

CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Lei n.º 7/76
de 1 de Maio

Instituída a República Popular de Angola, fruto da resistência secular do Povo Angolano e da sua luta heróica, sob a direcção do MPLA, contra a dominação e a opressão estrangeiras, alcançada a vitória da libertação da Pátria contra a agressão das forças do imperialismo internacional e seus agentes internos, torna-se imprescindível que a Revolução crie e ponha em prática os meios necessários para a sua própria defesa. É um direito e um dever sagrado da Revolução defender-se firme e decididamente dos seus inimigos, tanto internos como externos.

Institucionalizada a Direcção de Informação e Segurança de Angola, pelo Decreto n.º 3/75, de 29 de Novembro, impõe-se agora a criação de um tribunal que, com carácter permanente, proceda ao julgamento das actividades criminosas e contra-revolucionárias dos inimigos da Revolução.

É este o objecto da presente lei que, ao abrigo do artigo 44.º da Lei Constitucional, institui o Tribunal Popular Revolucionário, estabelecendo simultaneamente as normas processuais que regerão o seu funcionamento e actividade.

Na fixação do regime processual, houve a preocupação de conjugar harmoniosamente o interesse da simplicidade e da celeridade do processo, obviando-se a formalismos superfluos ou dilatórios, com

o interesse da dignidade e da seriedade da justiça, facultando-se aos arguidos amplas garantias de defesa, em obediência ao preceito constitucional que assim o exige.

O Tribunal Popular Revolucionário, sancionando com justiça severa mas serena, os inimigos da Revolução, fá-lo-á com toda a legitimidade que lhe advém de ser emanação do órgão supremo do Estado da República Popular de Angola e da vanguarda do Povo Angolano, o MPLA. Norteados pela intransigente defesa dos interesses do Povo Angolano em especial, das suas camadas mais exploradas, o Tribunal Popular Revolucionário velará eficazmente pela preservação e continuidade do processo revolucionário em curso, visando a instauração do Poder Popular e a criação da sociedade justa e do homem novo, supremo objectivo e razão de ser da nossa luta.

Nestes termos, ao abrigo da alínea *a*) do artigo 38.º da Lei Constitucional e no uso da faculdade conferida pela alínea *e*) do artigo 32.º da mesma Lei, o Conselho da Revolução decreta e eu promulgo a seguinte.

Lei da Instituição do Tribunal Popular Revolucionário

ARTIGO 1.º

(Instituição, jurisdição e sede)

1. É instituído o Tribunal Popular Revolucionário, com sede na capital da República Popular de Angola e jurisdição em todo o território nacional.

2. O Tribunal Popular Revolucionário poderá funcionar em qualquer parte do território nacional, se assim o entender mais conveniente para boa administração da justiça.

ARTIGO 2.º

(Normas aplicáveis)

O Tribunal Popular Revolucionário rege-se pelas disposições constantes do presente diploma e pela legislação regulamentar que vier a ser publicada pelo governo.

ARTIGO 3.º

(Competência)

1. O Tribunal Popular Revolucionário é competente para proceder ao julgamento dos crimes praticados contra o Povo Angolano e a sua unidade, contra a soberania da República Popular de Angola e sua integridade territorial, dos actos e actividades que atentem contra os princípios e os direitos fundamentais consignados na Lei Constitucional, dos que atentem contra os órgãos do Estado ou do MPLA ou às pessoas dos seus titulares, bem como dos crimes de guerra e contra a humanidade.

2. O Tribunal Popular Revolucionário é ainda competente para julgar quaisquer outros crimes quando, pela sua natureza, qualidade dos agentes ou repercussão pública, o próprio Tribunal decide a avocação.

ARTIGO 4.º

(Constituição)

1. O Tribunal Popular Revolucionário é constituído por cinco juizes, um presidente e quatro vogais, nomeados por despacho do Presidente da República, ouvido o Conselho da Revolução. Dois dos juizes deverão ser licenciados em Direito.

2. Os juizes são nomeados em comissão de serviço de seis meses podendo acumular com o exercício de outras funções.

3. Se se verificar impedimento legal de qualquer dos juizes, o Presidente da República procederá à sua substituição, ouvido o Conselho da Revolução.

ARTIGO 5.º

(Procurador Popular)

1. Junto do Tribunal funciona um procurador popular, que representa a República Popular de Angola e o Povo Angolano e a quem incumbe a acusação pública.

2. O procurador popular é nomeado nos mesmos termos previstos nos números 1 e 2 do artigo anterior

3. No exercício das suas funções, poderá valer-se de assessores, quando o considerar conveniente.

ARTIGO 6.º

(Defensores Oficiosos)

Junto do Tribunal será organizada uma lista de defensores designados pelo juiz presidente, os quais serão chamados a exercer a defesa apenas na falta de defensor constituído.

ARTIGO 7.º

(Secretaria)

1. Junto do Tribunal funciona uma secretaria, a quem compete fazer os termos e actos do processo, bem como todo o expediente relativo ao Tribunal, ao procurador popular e à defesa officiosa.

2. O Governo criará o quadro do pessoal necessário para o funcionamento da secretaria.

ARTIGO 8.º

(Instrução)

A instrução é secreta e será feita pelas entidades a quem a lei atribuir competência instrutória.

(Introdução em juízo)

1. Finda a instrução, o processo é presente ao procurador popular que, se entender que do mesmo resultam indícios suficientes da existência do facto punível, da identidade dos seus agentes e da sua responsabilidade, formula a acusação nos termos do artigo seguinte, e remete o processo para o Tribunal.

2. Se o procurador popular entender que do processo não resultam os indícios referidos no número anterior, abstem-se de acusar, declarando nos autos as razões justificativas de facto e de direito, e remete o processo ao Tribunal.

3. O Tribunal, se considerar pertinentes as razões invocadas, ordenará o arquivamento definitivo do processo. Em caso contrário, devolverá o processo ao procurador popular, recomendando-lhe que proceda à acusação. O procurador popular atenderá ou não, em sua consciência, essa recomendação. Se não a atender, ordenará ele próprio o referido arquivamento.

4. Se o procurador popular entender, porém, que se tornam necessárias outras diligências instrutórias para o apuramento da verdade, assim o declarará nos autos, remetendo os mesmos para a entidade instrutora.

(Acusação)

A acusação é articulada, devendo especificar:

- a) O nome e todos os elementos que possam servir para determinar a identidade do arguido;
- b) A exposição sumária do facto ou factos **puníveis**, como indicação do lugar e tempo em que foram praticadas, e todas as circunstâncias que possam servir para bem os

caracterizar ou concorrer para a apreciação da culpabilidade do arguido;

- c) Indicação das leis e regulamentos violados;
- d) Requerimento para que ao arguido sejam aplicáveis as penas correspondentes;
- e) Rol das testemunhas e declarantes com que se pretenda provar a acusação e indicação das demais provas.

ARTIGO 11.º

(Decisão do Tribunal)

Recebido o processo em Tribunal, este procederá à sua apreciação, após o que exarará despacho em qualquer dos seguintes sentidos:

- a) Decisão de que o processo deve ser objecto de julgamento, se entender que no processo existe matéria suficiente para a responsabilização criminal do arguido;
- b) Decisão de arquivamento, se entender que tal matéria não existe;
- c) Decisão de que o processo deve ser devolvido à entidade instrutora, se considerar que novas diligências são necessárias para o apuramento da verdade.

ARTIGO 12.º

(Nota de culpa)

Se a decisão for a constante da alínea a) do número anterior, o juiz presidente emite uma nota de culpa, cujo duplicado deverá obrigatoriamente ser entregue ao arguido, e da qual conste necessariamente:

- a) O teor da acusação;
- b) Nomeação de um defensor officioso, com a indicação de que o arguido poderá cons-

tituir defensor de sua escolha até ao dia do julgamento;

- c) Indicação de que o processo estará à vista na secretaria do Tribunal durante o prazo de oito dias, podendo aí ser livremente consultado pelo defensor;
- d) Indicação de que durante o mesmo prazo de oito dias, o defensor poderá apresentar a contestação, por escrito, deduzir todas as questões prévias, indicar as testemunhas de defesa e outros meios de prova a produzir na audiência do julgamento.

ARTIGO 13.º

(Constituição do defensor)

1. Para o efeito da constituição de defensor, não é exigível procuração, bastando a simples designação pelo arguido, por escrito ou verbalmente, e a correspondente aceitação por parte do defensor constituído.

2. Logo que pelo arguido seja constituído defensor, cessa a intervenção no processo do defensor officioso anteriormente nomeado.

ARTIGO 14.º

(Recebimento da defesa e marcação do julgamento)

1. Expirado o prazo de oito dias, o Tribunal aprecia os requerimentos da defesa, resolvendo todas as questões levantadas, e designa data para o julgamento.

2. O despacho designando o dia do julgamento é notificado com uma antecedência mínima de 48 horas ao procurador popular, ao arguido e ao defensor.

3. Só serão notificadas as testemunhas e os declarantes residentes na localidade da sede do Tri-

bunal. devendo as restantes serem apresentadas na audiência pela parte que as tiver arrolado.

ARTIGO 15.º

(Publicidade do julgamento)

1. A audiência do julgamento é pública.
2. Ao juiz presidente compete a polícia da audiência, incumbindo-lhe manter a ordem e a dignidade do acto, podendo, para o efeito, tomar as medidas que reputar convenientes.

ARTIGO 16.º

(Reunião do Tribunal)

O Tribunal considera-se reunido com a presença de todos os juizes, do procurador popular e do arguido, salvo, quanto a este último, nos processos de julgamento à revelia.

ARTIGO 17.º

(Deveres dos defensores)

Se os defensores durante a audiência se afastarem do respeito devido ao Tribunal ou manifesta e abusivamente procurarem protelar ou embaraçar o regular andamento dos trabalhos, usarem de expressões injuriosas, violentas ou agressivas contra a autoridade pública ou quaisquer outras pessoas ou ainda fizerem explanações ou comentários sobre assuntos estranhos ao processo e que de modo algum sirvam para esclarecê-lo, serão advertidos pelo juiz presidente. Se, depois de advertidos, reincidirem em tais atitudes, o juiz presidente pode retirar-lhes a palavra confiando a defesa a outro defensor por si escolhido, sem prejuízo do procedimento criminal e disciplinar, se a ele houver lugar, contra o faltoso.

ARTIGO 18.º

(Falta de respeito ao arguido)

Se o arguido faltar ao respeito devido ao Tribunal será advertido e, se reincidir, será mandado recolher, sob guarda, a qualquer dependência do Tribunal ou à Cadeia, de onde sairá apenas para ouvir ser lida a sentença.

ARTIGO 19.º

(Forma de julgamento)

1. O julgamento é oral. à excepção da sentença que é escrita. De todos os actos que se produzirem na audiência é lavrada resumida acta por um dos funcionários da secretaria, mas nela não serão registados os depoimentos.

2. O juiz presidente poderá, porém determinar que se faça o registo magnético de todos ou alguns dos depoimentos.

3. A forma dos actos será a mais simples e adequada ao apuramento da verdade, sem prejuízo das garantias de defesa consignadas ao arguido.

ARTIGO 20.º

(Leitura da acusação e da defesa)

Aberta a audiência, e introduzidos na sala o arguido ou arguidos, o juiz presidente mandará ler por um dos funcionários da secretaria do Tribunal o teor da acusação e da defesa escrita que o arguido tiver apresentado.

ARTIGO 21.º

(Identificação do arguido)

O juiz presidente verificará em seguida a identidade do arguido, perguntando-lhe pelo seu nome,

estado, filiação, profissão, naturalidade, residência, se já alguma vez foi condenado ou esteve preso e advertirá o arguido de que não é obrigado a responder às perguntas que lhe sejam feitas acerca dos factos de que é acusado.

ARTIGO 22.º

(Interrogatório do arguido)

1. O interrogatório do arguido sobre os factos de que é acusado é feito por qualquer dos juizes.

2 Seguir-se-ão perguntas complementares ao arguido por parte da acusação e da defesa.

3. Se houver co-arguidos no mesmo processo a cada um se farão separadamente os interrogatórios, findo os quais se procederá à acareação de uns com os outros, se tal for necessário para melhor indagação da verdade.

4. As perguntas não serão sugestivas, nem cavilosas, nem acompanhadas de dolosas persuassões, falsas promessas ou ameaças.

5. Se o arguido confessar o crime, será especialmente perguntado pelos motivo dele, tempo, lugar, modo e meios empregados para o seu cometimento.

6. Se o arguido negar factos que já constem de declaração, depoimentos ou documentos inscritos no processo poderá o juiz presidente ler-lhe os extractos correspondentes e instalá-lo sobre esses factos.

ARTIGO 23.º

(Produção da prova)

1. Segue-se a produção das provas apresentadas pela acusação e pela defesa, através de inquirição de testemunhas e declarantes, acareações, provas periciais, inspecções e exhibição de documentos.

2. As testemunhas, os declarantes e os peritos são inquiridos por qualquer dos juizes, podendo os representantes da accusação e da defesa fazer as perguntas complementares necessarias ao melhor esclarecimento da verdade.

ARTIGO 24.º

(Alegação)

1. Seguem-se as alegações orais, feitas em primeiro lugar pelo procurador popular e depois pela defesa.

2. Não são admitidas réplicas.

ARTIGO 25.º

(Encerramento da audiência)

1. Findas as alegações, o juiz presidente perguntará ao arguido se tem mais alguma coisa a acrescentar em sua defesa, ouvindo-o em tudo o que disser a bem dela.

2. Em seguida o juiz presidente declara encerrada a audiência e o Tribunal retira-se para decidir conjuntamente sobre a matéria de facto e de direito e produzir a sentença.

ARTIGO 26.º

(Sentença)

1. A sentença é dada em nome da República Popular de Angola e será escrita, devendo ser assinada pelo punho de todos os juizes. Os votos de vencido, se os houver, constarão apenas de acta secreta.

2. A sentença é lida publicamente pelo juiz presidente, sendo obrigatória a presença do arguido, do procurador popular e do defensor.

ARTIGO 27.º

(Recurso e reclamação)

1. Das decisões do Tribunal, quer finais quer intermédias, não cabe recurso.

2. É apenas permitida a reclamação para o próprio Tribunal, contra a insuficiência, ambiguidade ou obscuridade da sentença ou despachos, decidindo o Tribunal, imediata e definitivamente, sobre a sua procedência.

ARTIGO 28.º

(Julgamento à revelia)

Os arguidos ausentes serão julgados à revelia, sendo-lhes designado pelo juiz presidente um defensor officioso.

ARTIGO 29.º

(Vigência)

Esta lei entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pelo conselho da Revolução.

Promulgado em 1 de Maio de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República,

António Agostinho Neto

REVOLUTIONARY PENAL LEGISLATION

- Combatants' Disciplinary Law Chapter III (Rewards, decorations and punishments) 10 th July 1966.
- Service Order, 12 th September 1970
- Decree No. 3/75, 29 th November 1975.
- Law No. 7/76, 1st May 1976.

(Unofficial Translation From)

" TEXTS FOR THE ANGOLAN COMBATANT "

LAW OF DISCIPLINE

CHAPTER III — REWARDS. DECORATIONS. PENALTIES.

1 — Rewards and penalties are intended not only to reinforce the means which discipline and education give to those with responsibility in the direction of their subordinates, but also to give effect to equitable justice.

Rewards encourage zeal, dedication, punctuality and respect.

Penalties regulate conduct, combat and prevent lapses in duty and law.

I — REWARDS

2 — Rewards are of the following kinds:

a) Citations in service orders for acts of courage and self-denial.

b) Oral congratulations, attesting to satisfaction for behaviour or disciplinary spirit.

c) Leave permission of every kind: concessio-
nary, family visits, personal affairs and others to
be established by service order.

3—The various leaves are granted in the follo-
wing way:

Type of leave	Benefi- ciary	Authority granting leave
Leave of 24-36 hours	Everyone	Detachment Commander
Dispensation from work for one day	Everyone	Detachment commander and in his absence the most senior responsible person
Permission to sleep away from quarters	Everyone	Detachment commander
Permission for absence from meals	Everyone	Commander or delegated responsible person
Leave for more than 36 hours	Everyone	Regional command on the recommendation of the respective Discipli- nary Council
Leave for more than 15 days	Everyone	Military Commission on the recommendation of the relevant Disciplinary Council

II — DECORATIONS

4—Any combatant can be awarded a decoration by
the Executive for acts of bravery, exemplary spi-
rit, length of service in the ranks, etc. The relevant
Disciplinary Councils must be consulted in the aw-
ard of decorations.

A — OFFENCES

5 — Offences are classified in the following way:

a) Offence with regard to laws, authorities and people.

b) Public demonstration, in any way, of opinions which would prejudice discipline or which are contrary to the statutory principles and program of MPLA.

c) Lying or concealment of offences.

d) Disclosure of secret or confidential information

e) Breaches of military regulations or of instructions in service orders.

f) Indolence, idleness, ill-will, negligence in duty.

g) Offences against the dignity of the struggle and of the units drunkenness, brawling, rowdiness, ill- advised practical jokes, intrigue, embezzlement of funds and equipment etc.

h) Failure to observe police regulations of the entity or countries which give us hospitality.

i) Taking on duties which are not authorized by superiors.

B — RIGHT OF PUNISHMENT AND EXERCISE OF THIS RIGHT

6 — Every combatant, whether in authority or not, has the duty of contributing to the maintenance of discipline, by pointing out his own offen-

ces or the offences of others. The authorities must give prompt punishment to their subordinates.

7 — Any punishment given or sought requires the presentation of evidence and proof.

8 — The accused must be heard before the punishment is carried out.

C — DECISION ON PENALTIES

9 — The authorities must act so as to prevent offences. When they are obliged to use penalties, they should be guided by the following considerations:

a) Justice and impartiality. Penalties are not an exercise of personal authority. The authorities are merely agents to carry out the regulations. The penalty is proportional to the gravity of the offence and to the circumstances in which it was committed. The person responsible must take into account the background of the combatant to be punished, his usual behaviour, his character and his length of service in the ranks. The first penalty must be carefully studied owing to the importance it carries in the eyes of the combatant.

b) Certain circumstances are of a kind to aggravate the offence, for example; if there is repetition, if it is carried out openly, if it is collective.

c) In no case can individual offences be dealt with by collective punishment.

d) Any penalties can be suspended or cancelled by higher instance to those which determined them.

D — CATEGORY OF PENALTIES

10 — The various kinds of penalties are as follows:

a) Oral warning.

b) Simple, oral rebuke.

c) Rebuke on parade. This is written and recorded on individual records and involves confinement to quarters.

d) Simple imprisonment. This is recorded and can involve loss of rank. Involves later confinement to quarters.

e) Severe imprisonment. This is recorded and involves later detention and loss of rank.

f) Suspension of the right to fight. Recorded.

g) Expulsion. Recorded. On the decision of the Directorate on recommendation from the Disciplinary Council.

h) Death penalty by firing squad. To be decided under special law.

CATEGORY	TO WHOM DIRECTED	AUTHORITY WHO PUNISHES
Warning	Everyone	Everyone
Simple rebuke	Everyone	Everyone
Recorded rebuke	Everyone	Zone Commander upwards
Simple imprisonment	Everyone except Commanders	Zone Commander upwards on recommendation of the relevant Disciplinary Council
Severe imprisonment	Everyone and deserters or disarmed enemies	Zone Commander upwards on recommendation of the relevant Disciplinary Council
Suspension	Everyone	Military Commission on recommendation of the relevant Disciplinary Council
Expulsion	Everyone	Directing Committees on the recommendation of the relevant Disciplinary Council
Death penalty	Everyone and enemies	Directing Committee (special regulations)

IV — DISCIPLINARY COUNCILS

11 — The Disciplinary Councils are consultative organs in the awarding of penalties and rewards.

12 — The Zonal and Regional Councils must be constituted thus:

a) If the offender is a combatant — by the Commander the Political Commissar and a combatant

b) If the offender is a civilian by the Commander, the Political Commissar and by a civilian.

c) In any of these cases the setting up of a defence is always allowed.

MATSENDE, 10 th July 1966

The Military Commission

(Approved in the Executive Meeting)

(Unofficial Translation)

PEOPLE'S MOVIMENT FOR THE LIBERATION
OF ANGOLA

SERVICE ORDER

Considering the disposition in sub-paragraph h, paragraph No. 10 of Section D of Chapter III of the LAW OF DISCIPLINE FOR THE COMBATANT, and confirming the need to make application of the death penalty conditional on prior higher consideration,

I RULE:

In future, no death penalty by firing squad can be carried out unless it has previously been confirmed by the President of MPLA.

Dr. Agostinho Neto
President of MPLA

12th September 1970.

(Unofficial translation)

PRESIDENCY OF THE REPUBLIC

Legal Decree N.º 3/75

of 29 th of November

With the establishment of the People's Republic of Angola, fruit of centuries of resistance by the Angolan People and most especially of their heroic armed struggle, under the leadership of MPLA, it is necessary in order to consolidate and enlarge the victories already gained, that the Revolution creates and puts into effect the necessary means for its own defence. It is the right and the sacred duty of the Revolution to defend itself strongly and surely against its enemies, both internal and external.

Knowing the obstinacy and treachery of the enemy, and knowing the many methods that are used, the creation of a national entity of information and security is needed, giving full powers and means of action, wich, in close collaboration with the structures of the State and of the MPLA and guided always by uncompromising defence of the interests of the Angolan People, particularly of its most exploited classes, watches effectively over the continuation of the revolutionary process in train, with the object of the creation of a just society and a new consciousness.

In these terms,

Using the power given in sub-paragraph e) of article 32 of the Constitutional Law, the Council of the Revolution decrees and I promulgate by virtue of sub-paragraph a) of article 38 of the Constitutional Law the following:

Article I—The Directorate of Information and Security of Angola is constituted directly dependent on the President of the Republic.

D. I. S. A. follows the superior guidance of the National Security Committee of MPLA, which operates in conjunction with the President of the Republic.

Article 2—D. I. S. A. has as its final objectives the defence and consolidation of independence and national unity, the safeguarding of the revolutionary victories of the people, and the promotion of reeducation of elements whose activities could compromise these objectives.

Article 3—D. I. S. A. has as basic duties:

a) To fight all acts and activities which are against the Constitutional Law, against the instances of the State and of MPLA and their authorities, and against the integrity of the Country and the unity of the Angolan People;

b) To prevent and neutralize all acts of sabotage against the economy of the Country;

c) To exercise vigilance and control of the frontiers of the Country and over the entry and residence of foreigners;

d) To support the services and competent institutions, to prevent and suppress all forms of organized crime, prostitution, procuring, sale and use of drugs, corruption and other forms of anti-social behaviour;

e) To collaborate closely with the structures of MPLA and FAPLA and with the national or foreign police organisations in order prevent and suppress criminality.

Article 4 — In implementation of the duties outlined in sub-paragraphs a) and b) in the previous article, the D. I. S. A. has the power to make appropriate investigations.

Article 5 — In the exercise of its functions the direction of D. I. S. A. has powers to order the detention of individuals, and the carrying out of other measures which appear necessary for the investigation. When case preparations are completed, the direction of D. I. S. A. will refer the detainees to the competent courts or, if there is a case for it, to other police institutions.

Article 6 — Institutions of the State and of MPLA must lend to D. I. S. A. all necessary cooperation for the carrying out of its objectives.

Article 7 — In the case of economic sabotage, D. I. S. A. will propose to the appropriate entities the most suitable disposal of the goods which have suffered sabotage.

Article 8 — D. I. S. A. will have its own budget, whose grant will be included in the general budget of the State.

Article 9 — It is in the competence of the President of the Republic to approve the organizational sta-

tute of D. I. S. A. on the proposal of the National Security Committee.

Article 10 — The filling of posts for staff of D. I. S. A. does not require examination or approval by the Administrative Tribunal, nor publication in Journal of the Republic.

Article 11 — This law comes into force immediately.

Approved by the Council of the Revolution.

Promulgated on 29 th of November 1975.

Let it be published.

President of the People's Republic of Angola, in Luanda, 29 th of November 1975.

President of the Republic,

António Agostinho Neto

(Unofficial translation)

THE COUNCIL OF THE REVOLUTION

Law No. 7/76 of 1st of May

With the establishment of the People's Republic of Angola, fruit of centuries of resistance by the Angolan People and of their heroic struggle, under the leadership of MPLA, against foreign domination and oppression, with the achievement of victory in the liberation of the country against the aggression by the forces of international imperialism and its internal agents, it becomes imperative that the Revolution creates and puts into effect the necessary means for its own defence. It is the right and the sacred duty of the Revolution to defend it self strongly and surely against its enemies, both internal and external.

With the institution of the Directorate of Information and Security of Angola, by Decree n.o 3/75, of 29 th of November, there is now needed the creation of a tribunal which, with a permanent character, will proceed with the judgement of criminal and counter-revolutionary acts by enemies of the Revolution.

This is the purpose of the present law which, by virtue of article 44 of the Constitutional Law, institutes the People's Revolutionary Court, esta-

blishing at the same time the procedural norms which will govern its functioning and work.

In deciding the procedural methods, there was concern to link harmoniously the interests of simplicity and speed of process, avoiding excessive or delaying formalities, with the interests of dignity and gravity of justice, permitting to the accused full guarantees of defence in conformity with the constitutional ruling which so demands.

The People's Revolutionary Court, dealing justice severe but measured, to the enemies of the Revolution, will act with all the legitimacy which accrues to it as the product of the supreme instance of State in the People's Republic of Angola and of the vanguard of the Angolan People, the MPLA. Guided by uncompromising defence of the interests of the Angolan People and, particularly, of its most exploited classes, the People's Revolutionary Court will effectively watch over the maintenance and continuation of the revolutionary process in train with the object of the installation of People's Power and of the creation of a just society and a new personality, as the supreme target and reason for being of our struggle.

In this tenor, by virtue of sub-paragraph *a*) of article 38 of the Constitutional Law and by right of the power given in sub-paragraph *e*) of article 32 of the same Law, the Council of the Revolution decrees and I promulgate the following :

The Law Constituting the People's Revolutionary Court

ARTICLE 1

(Constitution, Jurisdiction and Seat)

1. The People's Revolutionary Court is constituted, with its seat in the capital of the People's Re-

public of Angola and with jurisdiction over the whole national territory.

2. The People's Revolutionary Court can act in any part of the national territory, if this is thought to be more convenient for the proper administration of justice.

ARTICLE 2

The People's Revolutionary Court is governed by the dispositions of the present document and by the legal regulations that will be published by the government.

ARTICLE 3

(Competence)

1. The People's Revolutionary Court is competent to bring to judgement crimes carried out against the Angolan people and their unity, against the sovereignty of the People's Republic of Angola and its territorial integrity, of acts and activities which threaten the principles and fundamental rights stipulated in the Constitutional Law, of those who threaten the organs of the State or the MPLA or their titulars, as well as war and crimes against humanity.

2. The People's Revolutionary Court is further competent to try any other crimes if due to their nature, perpetrator or public repercussions, the Court itself should so decide.

ARTICLE 4

(Composition)

The People's Revolutionary Court is composed of five judges, a presiding judge and four others na-

med by dispatch by the President of the Republic after consultation with the Council of the Revolution. Two of the judges should be graduates in Law.

2. The judges are appointed on a service commission for six months, and may combine this with other functions.

3. If there is a legal objection to any of the judges, the President of the Republic shall make a substitution after consultation with the Council of the Revolution.

ARTICLE 5

(The People's Prosecutor)

1. A people's prosecutor acts in conjunction with the Court and represents the People's Republic of Angola and the Angolan people. He has the duty of presenting the indictment.

2. The People's Prosecutor is named in the same way as described in points 1 and 2 of the previous article.

3. In the exercise of his functions, he may use counsellors if he considers this to be appropriate.

ARTICLE 6

(Official Defence)

The Court will organise a list of official defence counsel chosen by the presiding judge, who will be called to prepare the defence only in cases where no defence lawyer has been indicated by the defendant.

ARTICLE 7

(Secretary)

1. A Secretary will work with Court, and will be responsible for preparing the reports and documents of the case, as well as the whole report concerning the Court, the People's Prosecutor and the official defence.

2. The government will organise a team of persons as necessary to enable the secretary to function as required.

ARTICLE 8

(Preparation of the case)

The preparation of the case is secret and will be carried out by the authorities to whom the law attributes this competence.

ARTICLE 9

(Presentation of the case)

1. After the preparation of the case, it is presented to the People's Prosecutor who, if he finds that it shows sufficient evidence of a punishable offense, the identity of the offenders and their responsibility, formulates the charge in the terms of the following article and sends the case to the Court.

2. If the People's Prosecutor considers that the case does not show sufficient evidence as mentioned in the point above, no charge is made. He shall state in the report the justifying reasons of fact and law and shall send the case to the Court

3. The Court, if it considers the reasons invoked be pertinent, will order the case to be definitively filed. If it does not, it will return the case to the people's prosecutor, recommending him to proceed with the charges. The people's prosecutor will follow this recommendation, or not, as he believes to be right. If not to be followed, he himself will order the case to be definitively filed.

4. If, however, the people's prosecutor considers that further investigation is necessary to reveal the truth, he will so state in the reports; and send them to the authorities preparing the case.

ARTICLE 10

(Charges)

The charges are set out point by point, and should specify:

- a) The name and all the facts which help to determine the identity of the defendant;
- b) A summary of the punishable fact or facts, with an indication of the time and place where they were committed and all the circumstances that can help to define them or help towards an understanding of the culpability of the defendant;
- c) Indication of the laws and rules infringed;
- d) Request that the corresponding punishment should be applied to the defendant;
- e) List of witnesses with which it is intended to prove the charge, and indication of other proofs.

ARTICLE 11

(Decision of the court)

When the case is received by the Court, it will proceed to examine it and afterwards will make a dispatch in one of the following ways:

a) The decision that the case should be the object of a trial, if it is found that there is sufficient substantive evidence to show the criminal responsibility of the defendant;

b) The decision to file the case if it is considered that such substantive evidence does not exist;

c) The decision that the case should be returned to the authorities who prepared it, if it is considered that further investigation is necessary to reveal the truth.

ARTICLE 12

(Notice of charges)

If the decision were to be that of point (a) of the previous article the judge will issue a notice of charges, the duplicate of which will be given to the defendant and which must necessarily contain:

a) the content of the charges;

b) The name of an official defence counsel, with the indication that the defendant may call upon the defence counsel of his choice up to the day of the trial;

c) Indication that the case can be seen in the Court office during a period of eight days, and may be freely consulted by the defence counsel.

d) Indication that during this period of eight days the defence counsel can present his case for the defence, in writing; mentioning all the previous questions raised, indicating the defence witnesses and other proofs to be produced at the trial.

ARTICLE 13

(Constituting of the Defence Counsel)

1. In order to constitute the defence, official documents are not necessary; the simple naming of such by the defendant, in writing or verbally, and the corresponding acceptance by the defence counsel is sufficient.

2. As soon as defence counsel is chosen by the defendant, the intervention of the official defence counsel previously named ceases.

ARTICLE 14

Receipt of the Defence and Setting of the trial date)

1—After the period of eight days, the Court will examine the Defence requirements, resolving all the questions raised and setting a date for the trial.

2—The people's prosecutor, the defendants and defence counsel are notified of the dispatch fixing the trial date at least 48 hours before the set date.

3—Only the witnesses living in the Court seat area will be notified, the others must be presented at the hearing by the party that has enlisted them.

ARTICLE 15

(Public nature of the trial)

1—The trial is public.

2—The presiding judge is responsible for maintaining the order and dignity of the proceedings. He may tak such measures as may be appropriate.

ARTICLE 16

(Court sessions)

The Court shall be considered to be in session when all the judges, the people's prosecutor and the defendant are present, apart from the latter, in the case of a person being tried in absentia.

ARTICLE 17

(Duties of defence counsel)

If during the hearing the defence counsel do not hold the Court in due respect, or by clear abuse try to delay or obstruct the normal procedure of the work, use injurious, violent or aggressive language against the public authorities or any other persons, or make explanations or comments on matters extraneous to the trial and that could no serve to clarify it, they will be warned by the presiding judge. If, after warnings, this behaviour is repeated, the presiding judge can withdraw their right to speak, entrusting the defence to another counsel chosen by him, without prejudice to criminal and disciplinary proceedings if these should take place against the counsel.

ARTICLE 18

(Lack of respect by the defendant)

If the defendant shows lack of respect for the Court, he will be warned and if he continues, he will be ordered to be taken under guard to some Court waiting room or to the prison, which he will only leave to hear the sentence.

ARTICLE 19

1—The trial is oral with the exception of the sentence which is written. All the things which happen during the hearing shall be formulated into a concise court record by one of the secretariat officials but in this the statements are not included.

2—The presiding judge may, however, decide to make a tape recording of all or some of the statements.

3—The formalities will be the most simple and adequate that reveal the truth, without prejudice to the guarantee of defence allowed to the defendant.

ARTICLE 20

(Reading of the charges and the defence)

When hearing opens, and the defendant or defendants have been brought into the court room the presiding judge will order one of the Court secretariat officials read the charges and the written defence, which the defendant should have presented.

ARTICLE 21

(Identification of the defendant)

The presiding judge will follow by identifying the defendant, asking him for his name, marital status, parentage, profession, nationality residence. whether or not he has ever been found guilty or detained in prison, and will advise the defendant that he is not obliged to answer questions that are asked of him about the facts of which he is accused.

ARTICLE 22

(Examination of the defendant)

1. The examination of the defendant about the facts of which he is accused is done by any of the judges.

2. This is followed by complementary questions to the defendant by the prosecution and defence.

3. If there are co-defendants in the case, the examination of each one will be made separately, at the end of which they will be confronted with each other if this is necessary in order to reveal the truth.

4. The questions shall not be leading, or deceitful or accompanied by fraudulent persuasion, false promises or threats.

5. If the defendant pleads guilty, he will be particularly questioned on his motives. and on the time, place, manner and methods used in committing it.

6. If the defendant denies facts that are already in his statement, or in other statements or documents which have been introduced into the court, the

presiding judge can read him the relevant extracts and press him on these facts.

ARTICLE 23

(Presentation of evidence)

1. The presentation of evidence by prosecution and defence follows, through the investigation of statements, calling of witnesses, technical evidence, inspections and the exhibition of documents.

2. The witnesses and the experts can be questioned by any of the judges, with the prosecution and defence able to put any complementary questions necessary for improved clarification of the truth.

ARTICLE 24

(Closing Speeches)

1. This is followed by the closing speeches, given first by the People's Prosecutor and then by the defence. Replies are not permitted.

ARTICLE 25

(Closing of the hearing)

1. At the end of the closing speeches the presiding judge will ask the defendant if he has anything further to add in his defence, hearing everything that he has to say towards it.

2. Following this the presiding judge will declare the hearing closed, and the Court will retire to decide on the matters of fact and of law and formulate a sentence.

ARTICLE 26

(Sentence)

1. The sentence is given in the name of the People's Republic of Angola and of the Angolan People and shall be written and be personally signed by each judge. The votes of dissenters, if there should be any, will appear only in a secret record.

2. The sentence is publicly read by the presiding judge, the presence of the defendant, the people's prosecutor and defence counsel being obligatory.

ARTICLE 27

(Appeal)

1. There is no appeal against the decisions of the court, whether final or interim.

2. The only kind of appeal permitted is to the Court itself, against failings, ambiguity or lack of clarity in the sentence or dispatches. The court will immediately and definitively decide on it.

ARTICLE 28

(Trial in absentia)

An absent defendant will be tried in absentia and the presiding judge will designate an official defence counsel for him.

ARTICLE 29

(Validity)

This law comes force immediately.

Read and approved by the Council of the Revolution

Promulgated on 1 st May 1976

Publish it.

The President of the Republic,

António Agostinho Neto

LEGISLATION PENALE REVOLUTIONNAIRE

- Loi de la Discipline du Combattant
Paragraphe III — (Récompenses décorations et punitions) 10-7- 966
- Ordre de service du 12-9-1970
- Dcret. Loi no. 3/75 du 29 Novembre
- Loi no. 7/76 du 1 Mai

Paragraphe III

Récompenses - Décorations - Punitions

1) — Les récompenses et les punitions ont une fin non seulement de renforcer les moyens que la discipline et l'éducation donnent aux responsables pour agir sur leurs subordonnés, mais aussi pour faire prévaloir une justice équitative.

Les punitions corrigent la conduite combattent et réprimandent les fautes ou le devoir et à la Loi.

I — RÉCOMPENSES.

2) — Les récompenses sont de la nature suivante:

a) — Les citations dans l'Ordre de Service pour les actes de courage et abnégation.

b) — Les félicitations verbales témoignent la satisfaction pour le comportement ou l'esprit de discipline.

c) — Les permissions de tout genre: vacances, visite à la famille, personnelle et autres à déterminer dans l'Ordre de Service.

3) — Les différentes permissions sont données des la manière suivante:

ESPECES	BENEF.	RESP. QUI PUNIT.
Permission de 24 h à 36 h	TOUS	Cdt. de Det.
Dispense de travail pendant 1 j.	TOUS	Cdt. de Det. et en son absence le resp. le plus gradé
Permission de dormir hors de la caserne	TOUS	Cdt. de Det.
Dispense pour les repas	TOUS	Cdt. ou un resp. délégué
Permission de plus de 36 h	TOUS	Cdt. de Région après audience du Conseil Discip. respectif
Permission de plus de 15 jours.	TOUS	Commission militaire après audience du Conseil Discip. respectif.

II — DECORATIONS.

4) — Tout combattant peut-être décoré par la Direction pour des actes de bravoure, l'esprit révolutionnaire exemplaire, la durée de permanence au front etc ... suivant le déterminatif. Pour l'attribution des décorations il doit être entendu les Conseils Disciplinaires respectifs.

III — PUNITIONS.

A — Fautes.

5 — Les fautes se classifient de la manière suivante:

a) — Manque de respect aux lois, aux responsables et à la population.

b) — Manifestation publique de tout genre et d'opinions qui nuisent la discipline ou qui soient contraire aux principes des statuts du M. P. L. A.

c) — Le mensonge ou la dissimulation de fautes.

d) — La divulgation d'informations secrètes ou confidentielles.

e) — Infractions aux règlements militaires ou au déterminatif des Ordnes de Service.

f) — L'inertie, la paresse, le peu de volonté, la négligence au service.

g) — Manque de dignité au combat et aux détachements: ivresse, querelles, désordre, jeux de mauvaise plaisanterie, intrigue, détournement d'argent et de matériel etc.

h) — Non-obéissance aux lois de la police de l'Organisation ou des pays qui nous hébergent.

i) — S'attribues des responsabilités non déterminées Supérieurement.

B. Droit de punir et l'exercice de ce Droit.

6) — Tout combattant responsable ou non a le devoir de contribuer à l'exécution de la discipline, indiquant ses propres fautes ou celles d'autrui. Les responsables doivent punir avec promptitude leurs subordonnés.

7) — Toute punition infligée ou demandée donne le droit à un procès verbal de corps du délit.

8) — L'accusé doit être entendu avant qu'il lui soit appliqué la peine.

C — Détermination des peines.

9) — Les responsables doivent agir de manière à prévenir les fautes. Aussitôt qu'ils sont obligés de punir ils doivent considérer le suivant:

a) — Justice ou impartialité — Les punitions ne sont pas des actes d'autorité personnelle. Les responsables ne sont sinon que des agents d'exécution des règlements. La punition est proportionnelle à la gravité de la faute, et aux circonstances dont elle a été commise. Le responsable doit tenir compte des antécédents du combattant à punir, de son comportement habituel, de son caractère et de la durée de permanence au front. La première punition doit être bien étudiée étant donné l'importance qu'elle revêt vis à vis du combattant.

b) Certaines circonstances sont de nature à aggraver la faute, comme par exemple: s'il y a récidive, si elle est exécutée publiquement, si elle est collective.

c) — En aucun cas les fautes individuelles peuvent engendrer des peines collectives.

d) Toutes les punitions peuvent être interrompues ou retirées par les Organes Supérieurs de ceux qui les ont déterminées.

D. — Nature des Punitons

10) — Les différentes punitons sont les suivantes:

a) — Avertissement oral.

b) — Simple blâme oral.

c) Blâme en parade — Il est inscrit sur une fiche individuelle et implique une détention à la caserne.

d) — Prison — Elle est inscrite et peut provoquer une dégradation. Elle implique une détention postérieure à la caserne

e) — prison rigoureuse — Elle est inscrite impliquant une détention postérieure et dégradation.

g) — Expulsion — Elle est inscrite. De la responsabilité de la Direction après audience du Conseil Disciplinaire.

h) — Peine de mort par les armes — A déterminer par une Loi spéciale.

NATURE	PERS. A QUI ELLE EST. DIRIGÉE	LE RESP. QUI PUNIT
Avertissement	TOUS	TOUS
Simple blâme	TOUS	TOUS
Blâme inscrit	TOUS	A partir du Cdt de zone
Simple prison	TOUS sauf les Cdt.	A partir du Cdt. de zone après aud. du Cons. Discip.
Prison rigoureuse	TOUS et les déserteurs ou ennemis désarmés	A partir du Cdt. de zone après aud. du Cons. Discip. respectif.
Suspension	TOUS	Commission milit. après aud. du Cons. Discip. respectif.
Expulsion	TOUS	Comité Directeur Discip. respectif
Peine de Mort	TOUS les ennemis	Comité Directeur (règlement spécial,

IV — LES CONSEILS DISCIPLINAIRES.

II — Les Conseils Disciplinaires sont des Organes de délibération pour la détermination des peines et des récompenses.

12 — Les Conseils Zonaux et Régionaux doivent être constitués de la suivante manière :

a) — Si le délinquant est un combattant — Par le Commandant, le Commissaire Politique et un combattant.

b) — Si le délinquant est une personne du peuple — Par le Commandant, le Commissaire Politique et une personne du peuple.

c) — Dans n'importe quel cas, il est toujours autorisé de constituer la défense.

MATSENDE, le 10 Juillet 1966

La Commission Militaire

(Approuvé à la réunion Directive).

MOUVEMENT POPULAIRE DE LIBERATION

D'ANGOLA — M. P. L. A.

PRESIDENCE DE LA RÉPUBLIQUE

ORDRE DE SERVICE

Considérant le contenu de l'alinéa *h*) du n.º 10 de la section D, du paragraphe III de la Loi de Discipline du Combattant et vérifiant la nécessité de conditionner l'application de la peine de mort à une appréciation supérieure au préalable.

Je conclus:

Que dans le futur, aucune peine de mort par les armes pourra être exécutée sans qu'elle soit préalablement confirmée par le Président du M. P. L. A.

Que l'on exécute.

Dr. Agostinho Neto

Président du M.P.L.A.

PRESIDENCE DE LA REPUBLIQUE

DECRET-LOI N.º 3/75

DU 29 NOVEMBRE

L'Institution de la République Populaire d'Angola est le fruit de la résistance séculaire du Peuple Angolais et très spécialement de sa lutte armée sous le commandement du MPLA, il importe pour consolider et élargir les victoires déjà obtenues que la Révolution crée et mette en pratique les moyens nécessaires à sa propre défense. C'est un droit et un devoir sacré de la Révolution de se défendre fermement et décidément contre ses ennemis soient intérieurs soient extérieurs.

Connaissant l'obstination et la perfidie de l'ennemi, et sachant les multiples procédés auxquels l'ennemi fait appel, il est nécessaire de créer un organisme national d'information et de sécurité, ayant d'amples pouvoirs et moyens d'actions collaborant étroitement avec les structures de l'Etat et du MPLA et guidé par l'intransigeante défense des intérêts du Peuple Angolais spécialement de ses classes les plus exploitées, veillant étroitement à la continuité du processus révolutionnaire en cours, visant la création d'une juste société et d'un nouvel homme.

Dans ces termes :

A l'abri de la faculté conférée par l'alinéa e) de l'article 32 de la même Loi le Conseil de la Révolution décrète et je promulgue à l'abri de l'alinéa a) de l'article 38 de la Loi Constitutionnelle le suivant:

ARTICLE 1

Il est créé la Direction d'Information et de Sécurité d'Angola dépendant directement du Président de la République.

ARTICLE 2

La D. I. S. A. a pour but suprême de défendre et de consolider l'indépendance et l'unité nationales, d'assurer les victoires révolutionnaires du Peuple et de promouvoir la rééducation des éléments dont les activités puissent compromettre ses objectifs.

ARTICLE 3

La D. I. S. A. a les attributions fondamentales suivantes:

a) Combattre toutes les actions qui attentent contre la Loi Constitutionnelle, contre les Organes de l'Etat et du MPLA et de ses titulaires contre l'intégrité du pays et l'unité du Peuple Angolais.

b) Prévenir et neutraliser toutes les actions de sabotage contre l'économie du Pays.

c) Exercer la surveillance et le contrôle des frontières du Pays, de l'entrée et de la permanence des étrangers.

d) Aider les services ou organismes compétents chargés de la prévention et la répression de toutes formes du banditisme organisé, de la prostitution

du proxénétisme, du trafic et de la consommation de stupéfiants, de la corruption et d'autres formes de comportement anti-social.

e) Colaborer étroitement avec les structures du MPLA et des FAPLA et avec les organisations de police nationales ou étrangères en vue de prévenir et de réprimer le criminalité.

ARTICLE 4

Dans l'exécution des attributions référées aux aliéna a) et b) de l'article antérieur, incombe à la D. I. S. A. l'instruction des respectifs procès.

ARTICLE 5

Dans l'exercice de ses fonctions la Direction de la D. I. S. A. a des pouvoirs pour ordonner la détention de personnes ainsi que la réalisation d'autres diligences qui s'avèrent nécessaires à l'instruction des procès. Après l'instruction des procès la Direction de la D. I. S. A. enverra les détenus aux tribunaux compétents, ou bien aux autres autorités de police.

ARTICLE 6

Les Organismes de l'Etat et du MPLA devront donner à la D. I. S. A. la collaboration nécessaire à la réalisation de ses buts.

ARTICLE 7

En cas de sabotage économique la D. I. S. A. pourra proposer aux autorités compétentes la destination la plus convenable à donner aux biens qui font l'objet du sabotage.

ARTICLE 8

La D. I. S. A. aura son propre budget dont la dotation sera inscrite au budget général de l'Etat.

ARTICLE 9

Il incombe au Président de la République d'approuver le statut organique de la D. I. S. A. sous proposition de la Commission Nationale de Sécurité.

ARTICLE 10

L'engagement du personnel de la D. I. S. A. est exempt de visa et d'annotation du Tribunal Administratif, ni de publication au «Journal de la République».

ARTICLE 11

Ce diplôme entre immédiatement en vigueur.

Approuvé par le Conseil de la Révolution.

Promulgué le 29 Novembre 1975.

Qu'on publie.

Présidence de la République Populaire d'Angola.

Fait à Luanda, le 29 Novembre 1975.

LE PRÉSIDENT DE LA RÉPUBLIQUE

ANTÓNIO AGOSTINHO NETO

CONSEIL DE LA REVOLUTION

Loi n.º 7/76 du 1er Mai 1976.

L'Institution de la République Populaire d'Angola est le fruit de la résistance séculaire du Peuple Angolais et de son héroïque lutte, sous le Commandement du M.P.L.A., contre la domination et l'oppression étrangère, ayant atteint la victoire de la libération de la Patrie contre l'agression des forces de l'Impérialisme International et de ses agents internes, il devient obligatoire que la Révolution crée et applique les moyens nécessaires à sa propre défense. C'est un droit et un devoir sacré de la Révolution de se défendre fermement et décidément contre ses ennemis soient intérieurs soient extérieurs.

Ayant été institué la Direction de l'Information et de la Sécurité de l'Angola par le Decret n.º 3/75 du 29 Novembre, il s'impose maintenant la création d'un tribunal qui ait comme caractère permanent le jugement des activités criminelles et contre-révolutionnaires des ennemis de la Révolution.

C'est l'objet de la présent Loi qui, à l'abri de l'article 44 de la Loi Constitutionnelle institue le Tribunal Populaire Révolutionnaire établissant simultanément les clauses qui régiront son fonctionnement et son activité.

Lors de l'établissement du régime de la Procédure il y a eu la préoccupation de conjuguer harmonieusement l'intérêt de la simplicité et de la célérité du procès, empêchant les formalités superflues ou dilatoires, avec l'intérêt de la dignité et de la droiture de la justice, donnant aux accusés d'amples garanties de défense en accord avec le précepte constitutionnel qui l'exige ainsi.

Le Tribunal Populaire Révolutionnaire, sanctionnant avec une justice sévère mais sereine les ennemis de la Révolution, le fera avec toute la légitimité qui lui advient d'être l'émanation de l'Organe suprême de l'Etat de la République Populaire d'Angola et de l'avantgarde du Peuple Angolais, le M.P.L.A. orienté par l'intransigeante défense des intérêts du Peuple Angolais et spécialement de ses classes les plus exploitées, le Tribunal Populaire Révolutionnaire veillera efficacement à la préservation et à la continuité du processus Révolutionnaire en cours, visant l'instauration du Pouvoir Populaire et la création de la juste société et du nouvel homme, suprême objectif et raison d'être de notre lutte.

Dans ces termes et à l'abri de l'alinéa *a*) de l'article 38 de la Loi Constitutionnelle et dans l'exercice de la faculté conférée par l'alinéa *e*) de l'article 32 de la même Loi, le Conseil de la Révolution décrète et je promulgue la suivante:

Loi de l'Institution du Tribunal Populaire Révolutionnaire

ARTICLE 1

(Institution, juridiction et siège)

1 — Le Tribunal Populaire Révolutionnaire est institué et a pour siège la Capitale de la République

Populaire d'Angola et juridiction dans tout le territoire national.

2 — Le Tribunal Révolutionnaire pourra fonctionner dans n'importe quelle partie du territoire national si cela est nécessaire pour une meilleure administration de la justice.

ARTICLE 2

(Normes applicables)

Le Tribunal Populaire Révolutionnaire est régi par les dispositions contenues dans le présent diplôme et la législation réglementaire qui sera publiée par le Gouvernement.

ARTICLE 3

(Cométence)

1 — Le Tribunal Populaire Révolutionnaire est compétent pour faire le jugement des crimes pratiqués contre le Peuple Angolais et son unité, contre la souveraineté de la République Populaire d'Angola et son intégrité territoriale, des actes et des activités qui attentent contre les principes et les droits fondamentaux consignés dans la Loi Constitutionnelle, de ceux qui attentent contre les Organes de l'Etat ou du M.P.L.A. ou à la personne de ses titulaires ainsi que des crimes de guerre et contre l'humanité.

2 — Le Tribunal Populaire Révolutionnaire est également compétent pour juger n'importe quels autres crimes quand par sa nature, qualité des agents ou répercussion publique, le Tribunal lui-même en décide ainsi.

ARTICLE 4

(Constitution)

1 — Le Tribunal Populaire Révolutionnaire est constitué de cinq juges, dont un est le Président, nommés par le Président de la République après audience du Conseil de la Révolution. Deux des juges devront être licenciés en Droit.

2 — Les juges sont nommés en commission de service pendant six mois et pouvant exercer d'autres fonctions.

3 — S'il y a un empêchement légal d'un des juges, le Président de la République procédera à son remplacement après audience du Conseil de la Révolution.

ARTICLE 5

(Procureur Populaire)

1 — Auprès du Tribunal fonctionne un Procureur Populaire qui représente la République Populaire d'Angola et le Peuple Angolais et à qui incombe l'accusation publique.

2 — Le Procureur Populaire est nommé dans les mêmes termes prévus aux numéros 1 et 2 de l'article antérieur.

3 — Dans l'exercice de ses fonctions il pourra se procurer des assesseurs quand il le jugera nécessaire.

ARTICLE 6

(Défenseurs officieux)

Au Tribunal il sera établi une liste de défenseurs désignés par le juge Président, lesquels plaideront seulement en cas d'absence du défenseur constitué.

ARTICLE 7

(Greffe)

1 — Auprès du Tribunal fonctionne un Greffe qui établit les actes de procédure ainsi que tout le secrétariat relatif au Tribunal, au Procureur Populaire et à la défense officieuse.

2 — Le Gouvernement créera le cadre du personnel nécessaire pour le fonctionnement du Greffe.

ARTICLE 8

(L'Instruction)

L'Instruction est secrète et elle sera faite par les entités à qui la Loi attribuera la compétence d'Instruction.

ARTICLE 9

(Introduction à l'Instance)

1 — Après l'Instruction le dossier est présenté au Procureur Populaire, et s'il déduit qu'il y a assez d'indices suffisants pour établir l'existence du fait punissable, de l'identité de ses agents et de la responsabilité, il formulera l'accusation aux termes de l'article suivant et remettra le dossier au Tribunal.

2 — Si le Procureur Populaire décide que le dossier ne contient pas les indices référés au numéro antérieur il s'abstiendra d'accuser et il déclarera dans les actes les fondements de fait et de droit et et remettra le dossier au Tribunal.

3 — Le Tribunal peut considérer pertinentes les raisons invoquées et il ordonnera de classer le dossier. Dans le cas contraire. il remettra le dossier au

Procureur Populaire, en lui recommandant l'accusation. Le Procureur l'acceptera ou non selon sa conscience. S'il ne l'accepte pas, il ordonnera lui-même le classement du dossier.

4 — Si le Procureur Populaire l'entend, il ordonnera d'autres diligences d'instruction pour l'éclaircissement de la vérité, il le déclarera dans les actes remettant ceux-ci à l'entité d'instruction.

ARTICLE 10

(L'Accusation)

L'accusation est prononcée en spécifiant :

a) — Le nom et tous les éléments qui peuvent servir à l'identification de l'accusé.

b) — L'exposé sommaire du fait ou des faits punissables avec l'indication du lieu, du temps et de toutes les circonstances qui peuvent servir à les caractériser ou aider à l'appréciation de la culpabilité de l'accusé.

c) — L'indication des Lois et Codes violés.

d) — Demande pour qu'il soit fait application des peines à l'accusé.

e) — Rôle des témoins et des déposants avec lesquels on prétend prouver l'accusation et l'indication de d'autres preuves.

ARTICLE 11

(Décision du Jugement)

I — Après réception du dossier au Tribunal celui-ci procède à son appréciation et prendra l'une des décisions suivantes :

a) — Décision de que le procès doit être l'objet de jugement s'il entend que dans le procès il existe des éléments suffisants à l'établissement de la responsabilité criminelle de l'accusé.

b) — Décision de classement s'il entend que les dits n'existent pas.

c) — Décision de ce que le procès doit être renvoyé à l'instruction s'il considère que des nouvelles diligences sont nécessaires à l'éclaircissement de la vérité.

ARTICLE 12

(Notification)

Si la décision est celle indiquée a l'alinéa a) du numéro antérieur le juge Président délivrera la notification dont copie sera remise obligatoirement à l'accusé et qui contiendra les éléments suivants:

a) — La teneur de l'accusation.

b) — La nomination d'un défenseur officieux avec l'indication de permettre à l'accusé de constituer la défense de son choix jusqu'au jour du jugement.

c) — L'indication de que le dossier est disponible au Greffe du Tribunal pendant huit jours et pouvant y être étudié librement par la défense.

d) — L'indication de que pendant ce délai la défense peut présenter opposition par écrit, déduire toutes les questions préabables à indiquer les témoins de défense et les autres éléments de preuve à produire lors de l'audience de jugement.

ARTICLE 13

(Constitution de la Défense)

I — Pour constituer la défense, il n'est pas exigé de procuration, il suffit d'une simple désignation

par l'accusé soit par écrit soit verbalement et de l'acceptation de la constituée.

2 — Aussitôt que l'accusé constitue la défense, cesse alors l'intervention de la défense officieuse antérieurement nommée.

ARTICLE 14

(Réception de la défense et date du Jugement)

1 — Expiré de délai de huit jours, le Tribunal étudie les demandes de la défense, resolvant toutes les soulevées et indique la date du jugement.

2 — La décision indiquant, le jour du jugement est notifiée avec un préavis minimum de 48 heures au Procureur Populaire, à l'accusé et à la défense.

3 — Seront notifiés seulement les témoins et les déclarants domiciliés au même lieu que le siège du Tribunal, devant les restants être présentes à l'audience par la partie qui les aura enrolés.

ARTICLE 15

(Publicité du jugement)

1 — L'audience est publique.

2 — Du juge Président dépend la police de l'audience, lui incombant de maintenir l'ordre et la dignité du débat, pouvant à cet effet prendre les mesures qu'il estime adéquates.

ARTICLE 16

(Séance du Tribunal)

Le Tribunal se considère reuni, en présence de tous les Juges, du Procureur Populaire et de l'accusé sauf, quant à ce dernier lors de jugements par contumace.

ARTICLE 17

(Devoir des défenseurs)

Si les défenseurs pendant le débat s'éloignent du respect du au Tribunal, cherchent manifestement et abusivement à proroger ou à entraver la marche des travaux, emploient des expressions injurieuses, violentes ou agressives contre l'autorité publique ou n'importe quelles autres personnes. donnent des explications ou font des commentaires sur des étrangers au procès et qui ne l'éclaircissent pas, seront avertis par le Juge Président.

Si après l'avertissement, ils récidivent de telles attitudes, le Juge Président peut leur retirer la parole confiant la défense à un autre défendeur, choisit, par lui sans préjudice de la poursuite criminelle et disciplinaire, le cas échéant contre le fautif.

ARTICLE 18

(Manque de respect de l'accusé)

Si l'accusé manque le respect du au Tribunal, il sera averti et, s'il récidive, il sera mis sous escorte dans une autre salle du Tribunal ou en prison, d'où il n'en sortira que pour entendre la sentence.

ARTICLE 19

(La forme du Jugement)

1 — Le Jugement est oral, à l'exception de la sentence qui est écrite. De tous les actes qui ont été faits pendant l'audience, il est élaboré le compte-rendu par un des fonctionnaires du Greffe, mais dans celui-ci ne sera pas mentionné les témoignages.

2 — Le Juge-Président pourra toutefois déterminer qu'il soit enregistré sur bande magnétique quelques-uns ou tous les témoignages.

3 — La forme des actes sera la plus simple et adéquate à l'établissement de la vérité, sans préjudice de défenses consignées à l'accusé.

ARTICLE 20

(Lecture de l'accusation et de la défense)

Ouverte la séance et introduit dans la salle l'accusé ou les accusés, le Juge Président fera lire par un des fonctionnaires du Greffe l'accusation et la défense écrite que l'accusé aura présentée :

ARTICLE 21

(Identification de l'accusé)

Le Juge Président vérifiera ensuite l'identité de l'accusé en lui demandant son nom, son état-civil, sa filiation, sa profession, son lieu de naissance, sa résidence, s'il a déjà fait, l'objet d'une condamnation ou s'il a déjà été emprisonné, et il préviendra l'accusé qu'il n'est pas obligé de répondre aux questions qui lui seront faites sur les faits qui lui sont imputés.

ARTICLE 22

(Interrogatoire de l'accusé)

1 — L'interrogatoire de l'accusé sur les faits dont il est accusé, pourra être effectué par n'importe quel Juge.

2 — Il s'en suivra des questions complémentaires à l'accusé posées par l'accusation et la défense.

3 — S'il y a des coaccusés au même procès à chacun sera fait séparément les interrogatoires et s'il s'avère nécessaire on les confrontera les uns avec les autres en vue d'une meilleure recherche de la vérité.

4 — Les questions ne seront pas suggestives ni spécieuses, ni accompagnées de persuasion frauduleuses, de fausses promesses ou de menaces.

5 — Si l'accusé avoue le crime, il sera spécialement interrogé sur les motifs, le moment, le lieu, la façon et les moyens employés pour l'accomplissement.

6 — Si l'accusé nie des faits qui sont déjà l'objet de déclaration de témoignages ou de documents inscrits au procès, le juge — Présidant pourra lui lire les extraits correspondants et insister sur les faits.

ARTICLE 23

(Production de preuve)

1 — Il s'en suit la production des preuves présentées par l'accusation et par la défense au moyen de l'audition des témoins et des déclarants, des confrontations, des expertises, des inspections et exhibition de documents.

2 — Les témoins, les déclarants et les experts sont questionnés par n'importe quel Juge pouvant les représentants de l'accusation et de la défense poser les questions complémentaires nécessaires à l'éclaircissement de la vérité.

ARTICLE 24

(Plaidoeries)

1 — Il s'en suit les plaidoeries faites en premier par le Procureur-Populaire et ensuite par la défense.

2 — Les répliques ne sont pas admises.

ARTICLE 25

(Clôture de l'audience)

1 — Après les plaidoeries, le Juge-Président demandera à l'accusé s'il a quelque chose d'autre à ajouter à sa défense, en l'écoutant en tout ce qu'il en dira en sa faveur.

2 — Ensuite le Juge-Président déclarera l'audience close et le Tribunal se retirera pour décider sur la matière de fait et de droit et produira la sentence.

ARTICLE 26

(Sentence)

1 — La sentence est donnée au nom de la République Populaire d'Angola et du Peuple Angolais et sera écrite, devant être contresignée par tous les Juges. Les votes de vaincu s'il y en a seront seulement inscrits dans un compte-rendu secret.

2 — La sentence est lue publiquement par le Juge-Président, étant obligatoire la présence de l'accusé du Procureur-Populaire et du défenseur.

ARTICLE 27

(Recours et Réclamations)

1 — Les décisions du Tribunal soient finales soient intermédiaires n'ont pas de recours.

2 — Seule la réclamation pour le Tribunal lui-même est permise contre l'insuffisance, l'ambiguïté ou l'obscurité de la sentence ou des décisions, décidant immédiatement et définitivement de sa validité.

ARTICLE 28

(Jugement par contumace)

Les accusés absents seront jugés par contumace, leur étant désigné par le Juge-Président un défenseur officieux.

ARTICLE 29

(Application)

Cette Loi est immédiatement applicable.

Vu et approuvé par le Conseil de la Révolution.

Promulgué le 1^{er} Mai 1976.

Qu'on Publie.

Le Président de la République,

António Agostinho Neto

Composto e Impresso
N.E.A. — Nova Editorial Angolana, S. A. R. L.
Luanda, 7/6/76

ARQUIVO L. LAR



02324

BA-08